

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-074

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503844209	ADER-AL - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL DC NORTE DO ALENTEJO
Morada (Sede Social)	PARQUE DE LEILÕES DE GADO-EST NACIONAL 246
Código Postal	Localidade
7300-000	PORTALEGRE
NUT III	NUT II
Alto Alentejo	Alentejo
Telefone	E-mail
245366723	geral@ader-al.pt
Telefax	

URL

Tipologia de Beneficiário

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Isabel Picão de Abreu

Cargo Responsável

Coordenadora

Serviço/Departamento

Coordenador

Telefone Responsável

926890810

Telemóvel Responsável

926890810

Email Responsável

abreu@ader-al.pt

Email Alternativo

geral@ader-al.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A parceria ADER-AL – DLBC Rural é constituída por 29 parceiros representativos dos diferentes agentes socioeconómicos (todos ativos no território) e dos agentes públicos que interagem no Território de Atuação, sendo a ADER-AL a Entidade Gestora.

Desde 1996, a ADER-AL é a entidade promotora e gestora, no seu território de intervenção, das várias edições da iniciativa LEADER no âmbito do II, III e IV Quadros Comunitários de Apoio, promovendo o financiamento de inúmeras iniciativas locais:

- No quadro do Programa LEADER II, garantiu o apoio a 114 projectos locais e mobilizou um montante equivalente a 783 milhões de escudos (cerca de 3,9 milhões de euros), com a criação de 50 postos de trabalho.
- No quadro do Programa LEADER +, garantiu o apoio a 131 projectos.
- No quadro do Subprograma 3 PRODER, garantiu o apoio a 151 projectos locais correspondendo a 9,5 milhões de euros de Despesa Pública, tendo sido criados 136 postos de trabalho.

Nos 3 quadros de apoio comunitário, o público-alvo da ADER-AL foram todos os pretendentes a realizar intervenções nas zonas rurais nas mais diversas áreas, desde atividades de diversificação da atividade agrícola, ao desenvolvimento de microempresas, à recuperação e conservação de património cultural e natural (tanto material como imaterial) e ainda o apoio a iniciativas de carácter social, sempre com o objetivo máximo da coesão e sustentabilidade do território rural onde tinha intervenção.

Como Associação, a ADER-AL integra na sua estrutura associativa e desde o início um conjunto diversificado de pessoas singulares ou coletivas que comungam dos mesmos objetivos e com ela intervêm ativamente em processos de desenvolvimento local. A atuação em parceria é desde sempre seu apanágio, parceria de onde decorre a definição, implementação e acompanhamento das Estratégias de Desenvolvimento para o seu território de intervenção, consubstanciada em planos de atuação, projetos e iniciativas implementadas no território.

Externamente, a ADER-AL pediu recentemente a sua integração nos diversos Conselhos Locais de Ação Social do seu Território de Atuação.

Ao nível supramunicipal, a ADER-AL integra o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, sendo a entidade coordenadora de duas Linhas de Intervenção: D.1.1. Qualificação e Animação económica do Património rural e D.1.2. Valorização das artes e ofícios e produtos do Alto Alentejo.

Integra também a Comissão Executiva da Candidatura do Montado a Património da Humanidade, a convite da Turismo do Alentejo e do Ribatejo, ERT.

A nível nacional, a ADER-AL integra ainda:

- Federação Minha Terra – Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local, fazendo parte do Grupo de Trabalho que acompanhou a discussão/reflexão sobre a PAC pós-2013 e realizou os trabalhos preparatórios do período de programação 2014-2020;
- Plataforma Local de Operacionalização e Gestão (PLOG) da marca Natural.pt, uma marca nacional ligada à Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) do Sistema Nacional das Áreas Classificadas (SNAC) e sob a coordenação do ICNF;
- A Comissão Técnica CT 114 – Serviços Turísticos coordenada pelo Turismo de Portugal, I.P, nomeadamente nas subcomissões SC 6 – Turismo de natureza e outdoor e SC 13 – Turismo Industrial.

A parceria ADER-AL – DLBC Rural tem uma abrangência:

- Setorial, com entidades representativas do setor agrícola e pecuário, do turismo e cultura, da área do ensino e ainda da esfera da Administração Pública Central, Local e Regional;
- Representativa quanto à tipologia das entidades, com 14 entidades públicas e 15 entidades privadas (entre associações, empresas e 1 entidade cooperativa);
- Territorial, com entidades dos 10 concelhos.

Para além do trabalho em rede e de parcerias informais, cada um dos parceiros tem intervenção específica no âmbito do desenvolvimento local na sua área de atuação.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
501294627	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO DE PORTALEGRE	27/10/1975	27/10/1975	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

502239328	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO DISTRITO DE PORTALEGRE	24/03/1976	01/06/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501175229	MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501272968	MUNICIPIO DE ELVAS		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506873412	MUNICÍPIO DE MONFORTE		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506612287	MUNICÍPIO DE NISA		16/04/2015	84113	Autarquias Locais
506809560	MUNICÍPIO DE SOUSEL	14/10/2013	14/10/2013	84113	Autarquias Locais
506659968	MUNICÍPIO DO CRATO	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	07/12/2000	01/01/2001	84300	Institutos Públicos
508666236	TURISMO DE PORTUGAL I.P.	27/04/2007	04/06/1956	84130	Institutos Públicos
507312430	APBRB - AGRUPAMENTO DE PRODUTORES DE BOVINOS DE RAÇA BRAVA LDA	06/06/2005	01/06/2005	46320	Sociedades Comerciais
510220746	FUNDAÇÃO ROBINSON	12/08/2003	08/10/2003	94991	Fundações Públicas
600028348	INSTITUTO POLITECNICO DE PORTALEGRE	16/08/1980	20/07/1995	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
502280336	NERPOR-NUCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE PORTALEGRE/ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	10/05/1989	02/01/1991	94110	Organização Patronal ou Empresarial
508817897	TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	15/09/2008	28/11/2008	84123	Associações Públicas
501155996	MUNICIPIO DE ARRONCHES	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
509020690	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO	20/04/2009	20/04/2009	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamental

504236091	ADRAL - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO S.A.	29/09/1998	29/09/1998	94110	Sociedades Comerciais
500948631	ADEGA COOPERATIVA DE PORTALEGRE CRL	08/02/1955	10/09/1962	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
503553352	APAFNA - AGRUPAMENTO DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS DO NORTE ALENTEJO, S.A.	20/12/1995	20/12/1995	46214	Sociedades Comerciais
505476363	A. P. F. D. P. - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO DISTRITO DE PORTALEGRE	16/04/2001	16/04/2001	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502513349	ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA ALENTEJANA	16/10/1981	16/10/1981	94110	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
510718264	AIAR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO PELA CULTURA	26/07/2013	31/01/2014	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
503109851	NATUR-AL-CARNES - AGRUPAMENTO DE PRODUTORES PECUÁRIOS DO NORTE ALENTEJO, S.A.	22/12/1993	09/08/1993	46320	Sociedades Comerciais
501170162	MUNICÍPIO DE MARVÃO		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
504003569	JUNTA DE AGRICULTORES DA APARTADURA	28/10/1993	03/05/2000	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
508256623	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO XÉVORA	29/10/2003	08/02/2007	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
503844209	ADER-AL - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL DO NORTE DO ALENTEJO	26/07/1996	26/07/1996	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Alto Alentejo

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Alentejo	Alto Alentejo	Arronches		8,40%
Alentejo	Alto Alentejo	Campo Maior		6,60%
Alentejo	Alto Alentejo	Castelo de Vide		7,10%
Alentejo	Alto Alentejo	Crato		10,70%
Alentejo	Alto Alentejo	Elvas		16,90%
Alentejo	Alto Alentejo	Marvão		4,10%
Alentejo	Alto Alentejo	Monforte		11,30%
Alentejo	Alto Alentejo	Nisa		15,40%
Alentejo	Alto Alentejo	Portalegre		12,00%
Alentejo	Alto Alentejo	Sousel		7,50%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

As 47 freguesias do Território de Atuação proposto pela parceria ADER-AL– DLBC Rural organizam-se em 10 concelhos do distrito de Portalegre, formando uma unidade coesa.

É assim mantida a abrangência geográfica do período de programação 2007-2013, mas agora com a inclusão no DLBC Rural das freguesias classificadas como urbanas, pelo que abrange uma população residente de 86 109 habitantes.

População:

O valor já de si baixo da densidade populacional global do Território de Atuação (23,1 hab/km²) atinge valores especialmente preocupantes nos concelhos de Monforte e de Crato, com 7,9 hab/km² e 9,3 hab/km², respetivamente. Aliás, estes concelhos já tinham sido referenciados pela mesma realidade no diagnóstico da candidatura da ADER-AL para o período 2007-2014, relativamente à variação e entre 1991 e 2001 e agora ainda mais agravados.

O decréscimo populacional de 5,5% verificado no Território de Intervenção é o dobro do registado pela NUT II Alentejo, isto numa região já de si caracterizada pela rarefação populacional. Serão necessárias medidas urgentes para estancar a quebra populacional que tem marcado as últimas décadas, pelo que a Estratégia de Desenvolvimento Local da ADER-AL constitui um contributo central para a prossecução desse objetivo.

Emprego e Dinâmica Empresarial:

Como consequência do envelhecimento da população, a taxa de atividade da região Alentejo (de 45%) apenas é superada em dois concelhos do Território de Intervenção: Portalegre (capital de distrito) e Campo

Maior (principalmente devido à existência do Grupo Delta). Nisa, Crato e Marvão surgem com taxas de atividade extremamente reduzidas, devido principalmente às freguesias mais rurais. Além disso, verifica-se um significativo diferencial entre a atividade masculina e feminina, com maior prejuízo para a segunda. Dos 31.561 residentes empregados em 2011 no Território de Intervenção, a maioria concentrava-se no setor terciário que se destacava dos restantes setores com cerca de 75% dos trabalhadores, seguido do secundário com 18% e do primário com 7%.

Entre 2009 e 2011, o setor terciário manteve a tendência de crescimento que já registava na década anterior enquanto o setor primário foi o que maior quebra registou.

No que diz respeito à situação do desemprego, as situações mais preocupantes observaram-se em Elvas, Campo Maior e Monforte. Os números evidenciam a debilidade da estrutura de emprego sub-regional e das estruturas produtivas, que não conseguem absorver a mão-de-obra disponível para trabalhar e por conseguinte, a necessidade de implementação de medidas que promovam a consolidação das atividades económicas capazes de fixar trabalhadores.

Os dados de caracterização geral sobre a dinâmica económica do Território de Intervenção entre 2004 e 2011 expressam o seguinte:

- Metade dos concelhos registaram uma evolução positiva do número de empresas, mas que não chegou para compensar o número de empresas extintas nos outros 5 concelhos do Território de Intervenção;
- A variação do pessoal ao serviço é positiva no total dos concelhos do Território de Intervenção;
- Apenas os concelhos de Campo Maior, Portalegre e Elvas registaram a criação líquida de postos de trabalho;
- Apesar de Castelo de Vide e Marvão terem visto aumentar o número de empresas no período 2004-2011, esse aumento não foi acompanhado por uma evolução no mesmo sentido do número de trabalhadores.

Conclui-se ainda por uma dinâmica empresarial assente em:

? Setor agrícola em crescimento, resultado da crescente aposta na qualidade e valorização de produtos locais de qualidade cujo reconhecimento passa pela certificação. Por outro lado, o aproveitamento dos produtos locais como meio de promoção do território aparece agora também associado ao turismo;

? Indústria, construção, comércio, alojamento e restauração em declínio. Não há uma tradição industrial, pelo que o peso deste setor (com CAE's B a F), na estrutura económica, não é muito significativo. Assente em setores tradicionais e fortemente dependente de uma oferta de matérias-primas e de uma procura local, a indústria centraliza-se, sobretudo, em torno da indústria alimentar, da construção civil e das indústrias relacionadas.

? Setor de serviços, de uma forma geral, em afirmação, registando-se um esforço de qualificação e diversificação. Em 2011, o setor terciário representava 71 % do tecido empresarial do Território de Intervenção, empregando cerca de 63% de trabalhadores e sendo o sector com maior crescimento, quer em termos de número de empresas quer em termos de número de trabalhadores ao serviço. o comércio foi a atividade que mais viu diminuir o número de empresas entre 2004 e 2011.

As potencialidades do setor agrícola são grandes pelo que se espera que continue a desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento do Território de Intervenção, em particular, e no Alto Alentejo, em geral. Para tal, é essência, por um lado, inverter-se a tendência de desertificação e fixar a população, sobretudo jovem e em meio rural, e, por outro lado, embora com uma relação direta, desenvolver e inovar os produtos/áreas com maior potencial (algumas são as mais tradicionais).

Apesar do dinamismo pouco expressivo, as atividades ligadas ao setor secundário, encontram potencialidades de desenvolvimento futuro na localização geográfica privilegiada do Território de Intervenção, no reforço das infraestruturas e equipamentos, e na valorização dos recursos humanos.

No que diz respeito às atividades de natureza social, é reconhecida a sua importância para assegurar não só a qualidade de vida das populações residentes, mas também a dos visitantes e turistas. Aliás a promoção turística, para além, de assentar nos recursos naturais, históricos, culturais e artesanais deve ser complementada pela oferta de outros equipamentos e serviços que lhe sirvam de suporte e que são, igualmente, importantes para a sua sustentabilidade e desenvolvimento.

Turismo:

Pela sua importância, deverá dedicar-se uma atenção particular aos recursos turísticos e património existentes no Território de Intervenção, tanto pela sua quantidade como pela qualidade, diversidade e valor natural histórico-cultural.

O Plano Operacional de Turismo do Alto Alentejo procedeu a uma análise prospetiva dos recursos turísticos da sub-região onde se situa o Território de Intervenção da ADER-AL. A identificação destes recursos é também plasmada na Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo2020 da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, dos quais se salientam:

? Gastronomia e vinhos

O Território de Atuação é onde se localiza o maior número de produtos certificados em todo o país.

? Recursos Paisagísticos e naturais / Natureza e biodiversidade (fauna e flora)

No domínio dos recursos naturais e ambientais, a Serra de S. Mamede é considerada o elemento emblemático da imagem turística do Território de Intervenção e elemento distintivo da paisagem da região. O parque Natural da Serra de São Mamede cobre um total de 55.524 ha distribuídos por quatro concelhos.

? Ruralidade, etnografia e artes e ofícios tradicionais

Apesar da diversidade de produção artesanal, este é um recurso que merece algum investimento e apoio, por forma a evitar o desaparecimento de alguns ofícios, tendo em conta o reduzido número de artesãos reconhecidos e a sua idade avançada.

? Monumentalidade e outros recursos naturais

No Território de Intervenção estão contabilizados 158 imóveis classificados por km², um valor bastante superior à média do Continente que tem referência 100.

Os vestígios arqueológicos encontrados na Região potenciam um aproveitamento turístico assente na articulação com outros segmentos da oferta turística e temas específicos, como a gastronomia, o hipismo e o termalismo. Neste segmento inserem-se também os elementos edificados da arquitetura vernácula ligada à população (antas, fontanários, moinhos...) ou à rede viária tradicional (pontes, vias romanas...). Também neste caso estão identificados circuitos temáticos que poderão ser concretizados a partir da integração com atividades turísticas como o hipismo ou o pedestrianismo, ou ainda com outros recursos: albufeiras/recursos hídricos, artesanato, paisagens naturais, ...

Noutra dimensão que caracteriza os recursos histórico-culturais, as referências às práticas e saberes tradicionais quer na categoria do artesanato não alimentar, quer do alimentar – manifestações culturais, gastronomia e produtos agroalimentares tradicionais, bem como os museus – constituem um património que promove aspetos diferenciadores do Território.

Coesão Social

• Abandono escolar

Relativamente à Taxa Bruta de Escolarização de nível secundário, verifica-se a existência de diferenças significativas entre os concelhos do Território de Atuação, com valores muito baixos nos concelhos com menor população residente e valores extremamente elevados noutros concelhos (por exemplo, em Portalegre, capital de distrito).

Terá assim de haver uma intervenção concertada para combater este problema, para o que o documento estratégico da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo propõe a implementação de 3 tipologias de projetos (subscritos pela Estratégia de Desenvolvimento Local da ADER-AL):

? Melhoria da qualidade e eficácia do sistema através de um plano de formação contínua de professores e educadores de infância, e de um programa de apetrechamento e modernização das instituições de educação e formação;

? Carta Educativa Regional, onde conste o planeamento regional do sistema de educação e formação;

? Monitorização da performance do sistema.

• Situação social

Com a identificação do cluster de Atividades da Economia Social no Alto Alentejo, foi elaborada a Carta Social e Estratégica de Desenvolvimento da Economia Social no Alto Alentejo, que identifica os seguintes pilares para a criação de emprego e fixação da população:

? Promoção de uma oferta em rede ao nível dos recursos humanos, financeiros e equipamentos;

? Formação e capacitação dos recursos humanos;

? Requalificação da oferta e melhoria da qualidade da gestão e da prestação de serviços;

? Alinhamento da oferta da Economia Social com o Turismo do Alentejo e a saúde;

? Promoção integrada das Ofertas da Economia Social, do Turismo do Alto Alentejo e da Saúde;

? Promoção da regeneração urbana para fins sociais;

? Coordenação regional.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças

Atração crescente de jovens com espírito empreendedor, qualificação técnica e capacidade de inovação
Aumento da procura turística e da procura de lazer
Crescente procura de produtos regionais certificados
Imagem positiva junto da opinião pública sobre a importância do setor agroalimentar para a recuperação da economia portuguesa
Criação de circuitos curtos, de cadeias curtas de distribuição, de comercialização de proximidade de produtos agrícola e transformados
Dinamização turística suportada na recuperação, requalificação e valorização do património natural, histórico e cultural
Crescente importância mundial do turismo equestre
Posicionamento estratégico transfronteiriço
Multifuncionalidade do montado de sobro
Dinâmica da Entidade Regional de Turismo
Desenvolvimento de nichos de mercado
Desenvolvimento de serviços da economia social e de proximidade

Principais Pontos Fortes

Peso significativo da população agrícola
Número significativo de explorações agrícolas de dimensão variada
Condições edafoclimáticas
Unidades de produção com potencial para a promoção de atividades turísticas, de lazer e pedagógicas
Forte tradição equestre
Unidades de TER ligadas às atividades de natureza
Dinâmica económica associada ao turismo e à presença de valores patrimoniais e paisagísticos de relevo
Maior número nacional de produtos certificados
Instituições de ensino superior, profissional e tecnológico no território
Qualidade e diversidade do património natural e cultural
Áreas protegidas e classificadas
Clima favorável ao desenvolvimento de práticas turísticas ao longo de todo o ano
Elvas - Património da Humanidade
Boa cobertura ao nível da oferta de equipamentos educativos
Rede social
Experiência e notoriedade da ADER-AL

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Tendência de desertificação com consequências profundamente negativas ao nível da coesão social, ordenamento do território e prevenção dos usos e costumes do território
Baixo rendimento per capita
Redução da procura interna (consequência da recessão económica)
Investimento reduzido na valorização das empresas
Abandono das atividades agrícolas, despovoamento acentuado e envelhecimento da população
Dinâmicas populacionais negativas
Falta de capacidade de investimento dos agentes privados
Escassez de mão de obra jovem e qualificada
Disseminação do povoamento em núcleos de reduzida dimensão
Atratividade jovem/dinamismo de centros urbanos fora do território
Sustentabilidade problemática das instituições de saúde e economia social

Principais Pontos Fracos

Empresários agrícolas com baixa formação
Dificuldades de autofinanciamento e de acesso ao crédito
Explorações com problemas de viabilidade económica e de atividade pouco diversificada
Falta de promoção de uma identidade regional
Mão-de-obra envelhecida, não especializada e pouco qualificada
Baixa densidade e envelhecimento da população, com significativos núcleos isolados
Escassez de serviços complementares à atividade turística
Reduzidas taxas de ocupação e estada média reduzida, com elevada sazonalidade
Reduzida cooperação entre agentes turísticos, com produtos pouco organizados
Deficientes condições de mobilidade intra-regional
Fragilidade do tecido associativo
Elevada percentagem de desemprego de longa duração
Concentração excessiva de serviços nos serviços urbanos
"Concelhos em exaustão" e "concelhos rurais deprimidos"

No Território de Atuação, persistem, ainda, algumas áreas onde a oferta de serviços é insuficiente, nomeadamente, serviços de cultura, lazer e desporto, e serviços de natureza social (por exemplo, apoio à população idosa) para dar resposta a todas as solicitações e necessidades da população. As carências são generalizadas a praticamente todo o tipo de valências, naturalmente, que com oscilações consoante o concelho, mas sobretudo, conforme a maior ou menor ruralidade dos territórios. Observam-se, assim, assimetrias sociais e económicas de que decorrem desiguais condições de vida à população.

Mas as carências não são só quantitativas. Verificam-se também constrangimentos de natureza qualitativa: falta de formação específica de pessoal de apoio e dos quadros técnicos das organizações; ausência de atividade de ocupação direcionada para os idosos; e escassez de projetos inovadores dirigidos à comunidade; entre outras.

Da mesma forma, os equipamentos de saúde e de segurança pública são aspetos indispensáveis e cada vez mais valorizados por quase todos os segmentos da procura. Porém, e à semelhança do que acontece com os outros serviços, estes são afetados pela falta de médicos (especialização e clínica geral) que tem consequências na prolongada demora na obtenção de consultas no Centro de Saúde/Hospital.

De uma forma geral, qualquer que seja a intenção de intervenção, existe um vasto campo por explorar em áreas que cruzam os aspetos sociais em sentido estrito, com a abertura dos espaços à comunidade local e que passam, também pelos serviços de proximidade.

Assim, os objetivos de fixação e atratividade da população (invertendo a tendência de êxodo rural e envelhecimento populacional) e de aumento da coesão social e territorial poderão ser atingidos através de:

? Diversificação das atividades económicas existentes no território

? Fomento da cooperação entre os diferentes atores no sentido da complementaridade das diferentes atividades que desenvolvem

? Criação de uma identidade territorial e consequentes ações de promoção e marketing

? Qualificação dos recursos humanos existentes no território

? Fortalecimento do tecido económico e empresarial

? Dinamização da rede de equipamentos sociais existentes e criação de sinergias pela sua utilização por diferentes instituições

Para isto, deverá aproveitar-se:

? Crescente procura dos consumidores por produtos agroalimentares nacionais

? Tendência de crescimento do turismo em meio rural, nomeadamente em atividades de natureza (percursos pedestres, turismo equestre, entre outros)

? Significativo património natural, cultural e histórico

? Elevado número de produtos de qualidade existentes no território

? Situação geográfica, com uma significativa faixa fronteiriça

? Elvas - Património da Humanidade

? Dinamismo da Entidade regional de turismo

? Experiência da ADER-AL

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

Com a EDL, pretendem alcançar-se os seguintes objetivos específicos:

- Reforçar e promover a viabilidade das explorações agrícolas, melhorando as condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores, para o que foram estabelecidos os seguintes objetivos operacionais:

- o Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo diretamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural

- o Incentivar o aparecimento de atividades de animação turística baseadas na atividade económica-base desenvolvida exploração agrícola, incluindo o turismo equestre, rotas e percursos, entre outros

- o Contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do sector através do apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas

- Reforçar e promover a fileira das produções agroalimentares, com os seguintes objetivos operacionais:

- o Contribuir para a valorização das empresas de produção agrícola e de transformação e comercialização de produtos agrícolas através do apoio à sua modernização e capacitação

- o Promover a renovação do tecido empresarial agrícola

- o Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras, atuando de forma integrada sobre os fatores

tangíveis e intangíveis que a desenvolvem e consolidam

o Promover novas formas de comercialização de circuito curto, nomeadamente de produtos agrícolas, entre pequenos produtores e consumidores, de modo a dar um contributo importante para o escoamento dos produtos locais e a melhorar as relações de proximidade entre quem produz e quem consome

o Promoção dos produtos de qualidade locais

• Valorizar os recursos turísticos e os recursos patrimoniais e naturais. Objetivos operacionais:

o Apoio às atividades turísticas e de lazer, a unidades de alojamento turístico e a infraestruturas de pequena escala (por exemplo, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística)

o Promover a recuperação e conservação do património rural no âmbito de uma estratégia de valorização e atratividade dos territórios rurais (património rural construído, e práticas e tradições culturais)

o Preservação, recuperação e valorização dos recursos naturais e ambientais

• Reforçar a coesão social e territorial, com os seguintes objetivos operacionais:

o Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações

o Melhorar os níveis de integração entre os territórios rurais e os centros urbanos de proximidade

o Promover a inclusão social e a redução da pobreza

• Dinamização empresarial e diversificação da base económica. Objetivos operacionais:

o Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas

o Criação de empresas locais que permitam preencher lacunas de mercado

Assim, serão utilizadas as seguintes Medias como instrumento de política do DLBC Rural:

FEADER:

? Pequenos investimentos explorações agrícolas;

? Pequenos investimentos transformação e comercialização;

? Diversificação atividades na exploração;

? Cadeias curtas e mercados locais;

? Promoção produtos de qualidade locais;

? Renovação de aldeias.

FEDER:

? Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho;

? Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes ou para a criação novas empresas e pequenos negócios;

? Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico;

? Organização e promoção de eventos com impacte internacional;

? Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais;

? Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza;

? Desenvolvimento de infraestruturas verdes;

? Promoção turística

FSE:

? Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho;

? Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais;

? Animação territorial e inovação social;

? Desenvolvimento de abordagens integradas, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações;

? Dinamização de ações intergeracionais e ações de promoção de transmissão de conhecimentos e memória;

? Inclusão social dos indivíduos de forma multisetorial e integrada;

? Inclusão social de crianças, jovens e outros em contextos socioeconómicos vulneráveis.

De uma forma global, a EDL propõe-se a um valor global dos 3 Fundos de 7.765.389€, sendo:

? FEADER: 3.312.155€;

? FEDER: 2.916.412€;

? FSE: 1.536.822€

Com estes valores, prevêem-se apoiar 208 candidaturas pelo FEADER, 68 candidaturas pelo FEDER e 62 candidaturas pelo FSE, as quais irão criar, respetivamente, 42, 62 e 51 postos de trabalho.

Esta informação está igualmente detalhada no documento anexo "Resumo Medidas - Final".

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A implementação da EDL será feita ao longo de todo o período de programação com o envolvimento de todos os atores relevantes (parceiros da ADER-AL – DLBC Rural) de forma contínua no que diz respeito aos parceiros constituintes do Órgão de Gestão da Parceria e numa reunião anual, pelos restantes parceiros com a apresentação do Plano de Atividades para o ano seguinte e em Março com a apresentação do relatório e contas do exercício anterior (nestas duas Assembleias serão apresentados quadros comparativos da execução prevista e informação organizada por tipo de promotor, concelho, tipologia de projeto e ação). No que diz respeito à animação territorial, esta será feita em primeiro lugar através da disseminação pelas populações locais da informação relativa aos objetivos da EDL e das atividades desenvolvidas pela Parceria. Promovido pela Equipa Técnica da Entidade Gestora, será feito um trabalho com os agentes locais no sentido de os manter informados sobre as vantagens competitivas e as fragilidades do território, motivando-os para apostar no aproveitamento das oportunidades e no evitar das vulnerabilidades. Será também sempre privilegiado o trabalho em rede entre os vários atores no território.

Para além disto, a Equipa Técnica cumprirá com uma avaliação contínua de modo a verificar:

? Se há desvio entre ações previstas e realizadas identificando e apresentando as razões e consequências;
? Se há desvios orçamentais, quais as razões e em que medida colocam em causa a realização da estratégia;

? Se houve evolução no contexto de intervenção que venha a interferir na estratégia e se os objetivos definidos se mantêm pertinentes e coerentes;

? Modo de funcionamento da estratégia: oportunidade das decisões tomadas, adequação da coordenação, circulação adequada da informação entre os parceiros, adequação do sistema de acompanhamento
Com a Parceria será avaliada a evolução do contexto territorial, no sentido de corrigir atividades que melhor se adequem às novas situações. Contribuirá também para a avaliação em causa uma estrutura e composição a definir com outros atores públicos e privados da Região e que assegure a articulação do DLBC com as diferentes EIDT e o POR Alentejo 2020, de modo a que as diferentes intervenções territoriais concorram para os resultados e metas a alcançar na Região e no país.

As ações de animação e promoção serão as elegíveis dentro da ação que existirá especificamente para este fim, no âmbito do FEADER. Serão desenvolvidas ações de divulgação do território e dos seus recursos que contribuam para a sua valorização e para a atração de visitantes - pela elaboração de material informativo e promocional, criação de sites, criação de imagem, participação em feiras e outros eventos, etc.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Identificados pelos parceiros os desafios colocados ao território (e as respetivas áreas de intervenção), foram definidos os seguintes Objetivos Específicos (OE):

- OE1. Reforçar e promover a viabilidade das explorações agrícolas;
- OE2. Reforçar e promover a fileira das produções agroalimentares;
- OE3. Valorizar os recursos turísticos e os recursos patrimoniais e naturais;
- OE4. Reforçar a coesão social e territorial;
- OE5. Dinamização empresarial e diversificação da base económica;
- OE6. Melhorar a eficácia dos instrumentos de cooperação e inovação;

Estes objetivos são coerentes com as orientações estratégicas nacionais, regionais e sub-regionais e sectoriais, nomeadamente ao nível da NUT II Alentejo (POR Alentejo 2020) e NUT III Alto Alentejo (EIDT-AA), da seguinte forma:

OBJETIVOS MACRO POR Alentejo:

- Objetivo 1 – para este objetivo, concorrem os OE1, OE2, OE3, OE5 e OE6;
- Objetivo 6 – objetivo específico OE4;
- Objetivo 7 – objetivos específicos OE1, OE2, OE3 e OE5

OBJETIVOS DA EIDT DO ALTO ALENTEJO (CIMAA):

- Linha de intervenção A.1.3 Qualificação do Património Natural e Cultural – OE3;
- Linha de intervenção A.2.1 Qualificação dos serviços coletivos de proximidade às populações – OE4;
- Linha de intervenção B.1.3 Qualificação e organização em rede de ninhos de empresas do Alto Alentejo – OE2 e OE5;
- Linha de intervenção C.1.2 Qualificação de equipamentos económicos – OE5;
- Linha de intervenção C.2.2 Economia do património e turismo/lazer – OE3;
- Linha de intervenção C.2.3 Turismo de natureza – OE1 e OE3;
- Linha de intervenção C.2.4 Promoção do Alto Alentejo – OE3 e OE6;
- Linha de intervenção C.3.1 Economia social e turismo sénior e de saúde – OE3 e OE4;
- Linha de intervenção D.1.1 Qualificação e animação económica do Património Rural – OE1, OE3 e OE6;
- Linha de intervenção D.1.2 Valorização das artes e ofícios e produtos do Alto Alentejo – OE1, OE2, OE5 e OE6;
- Linha de intervenção E.1.1 Pacto para o desenvolvimento e coesão territorial – OE4 e OE6.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Objetivo estratégico: Promoção do desenvolvimento e sustentabilidade do meio rural Medidas e principais resultados a atingir: FEADER: 1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas - 152 explorações apoiadas e criação de 5 postos de trabalho; 2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização - 20 explorações apoiadas, das quais 25% em regimes de qualidade e criação de 20 postos de trabalho; 3. Diversificação de atividades na exploração - 10 explorações apoiadas e criação de 10 postos de trabalho; 4. Cadeias curtas e mercados locais - 10 explorações apoiadas e criação de 3 postos de trabalho; 5. Promoção de produtos de qualidade locais - 10 explorações apoiadas em regime de qualidade e criação de 2 postos de trabalho; 6. Renovação de aldeias - 10 projetos apoiados e criação de 1 posto de trabalho. FEDER: 7. Projeto de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho – apoio a 15 empresas e criação de 21 postos de trabalho; 8. Projetos investimento p/ expansão de pequenas e microempresas existentes de base local/criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da – apoio a 29 empresas e criação de 41 postos de trabalho; 9. Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico – apoio a 2 projetos e aumento de 610 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; 10. Organização e promoção de eventos com impacte internacional – apoio a 2 projetos e aumento de 508 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; 11. Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais – apoio a 2 projetos e aumento de 610 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; 12. Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza – apoio a 2 projetos e aumento de 97 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; 13. Desenvolvimento de infraestruturas verdes – apoio a 2 projetos e aumento de 712 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; 14. Promoção turística – apoio a 2 projetos e aumento de 305 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; FSE: 15. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho – 29 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, 60% das quais permanecem 12 meses após o fim do apoio; 16. Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais – 17 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, 60% das quais permanecem 12 meses após o fim do apoio; 17. Animação territorial e inovação social – criação de 1 posto de trabalho que permanece 12 meses após o fim do apoio; 18. Desenvolvimento de abordagens integradas, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações – criação de 1 posto de trabalho que permanece 12 meses após o fim do apoio; 19. Dinamização de ações intergeracionais e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória – criação de 1 posto de trabalho que permanece 12 meses após o fim do apoio; 20. Inclusão social dos indivíduos de forma multisetorial e integrada – criação de 1 posto de trabalho que permanece 12 meses após o fim do apoio; 21. Inclusão social de crianças, jovens e outros, em contextos socioeconómicos vulneráveis – criação de 1 posto de trabalho que permanece 12 meses após o fim do apoio.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A EDL assenta tem como Fundo principal o FEADER, representando 43% do total dos Fundos a que se propõe, dada a importância do setor agrícola e pecuária no território de intervenção. A Estratégia de Desenvolvimento Local da parceira ADER-AL – DLBC Rural está plasmada ao longo de todo o formulário de candidatura, apresentando-se uma compilação de toda a informação em documento anexo intitulado “EDL da parceria ADER-AL – DLBC Rural”. Através da leitura do mesmo, se poderá comprovar que a Estratégia é: ? Integrada, centrando-se nos aspetos dominantes representativos da identidade e nos recursos específicos do território. ? Promove um processo de desenvolvimento coerente com as características do território, em especial sob o ponto de vista socioeconómico, justificando assim a sua viabilidade económica e sustentabilidade; ? Evidencia coerência com as orientações estratégicas nacionais, regionais e setoriais e uma complementaridade entre os instrumentos de política, disponíveis para o território; ? Integra as medidas/ações dos diferentes programas operacionais, através das quais se esperam atingir os objetivos nela expressos; ? Estão definidos os resultados esperados por fundo financiador; ? Valoriza a criação de sinergias com diferentes sectores, em particular os mais representativos da vertente de DLBC a que se candidata (nomeadamente, entre os setores agropecuário e a atividade de turismo).

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	46,00	152,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	50,00	50,00	1 634 579,01€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	6,00	20,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	50,00	50,00	419 624,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	3,00	10,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	50,00	50,00	357 951,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2,00	7,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	50,00	50,00	300 000,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	1,00	4,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	100,00	100,00	300 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	2,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	1,00	300 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas - 8.8	Empresas que beneficiam de apoio	9,00	44,00	Postos de trabalho criados	12,00	62,00	2 624 770,80€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural - 6.3	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	1445,00	7227,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	2,08	10,40	291 641,20€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Criação de emprego por conta própria, empreendedores e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras - 8.3	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	5,00	23,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	60,00	60,00	773 222,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade - 9.1	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	3,00	15,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	55,00	55,00	763 600,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	1.1 DP	72648 0,00	181620 0,00				1 634 579,01€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	1.2 Projetos/beneficiários apoiados	1,15	1,15				1 634 579,01€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas				1.1.1 Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	1 634 579,01€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	2.1 DP	18649,938	466248,45				419 624,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	2.2 Projetos/beneficiários apoiados	1,00	1,00				419 624,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização				2.1.1 Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	5,00	17,00	419 624,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização				2.1.2 Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	6,00	20,00	419 624,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	3.1 DP	15908,900	397723,60				357 951,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	3.2 Projetos/beneficiários apoiados	1,00	1,00				357 951,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração				3.1.1 Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	8,00	357 951,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	4.1 Despesa Pública	13333,300	333333,33				300 000,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	4.2 Projetos/beneficiários apoiados	1,00	1,00				300 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais				4.1.1 Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	2,00	300 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	5.1 Despesa Pública	13333,300	333333,33				300 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	5.2 Projetos/beneficiários apoiados	1,00	1,00				300 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais				5.1.1 Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	1,00	300 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	6.1 Despesa Pública	13333,00	333333,33				300 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	6.2 Projetos/beneficiários apoiados	1,00	1,00				300 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas - 8.8				Efeito multiplicador das estratégias do investimento público no investimento privado	0,90	0,90	2 624 770,80€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural - 6.3				Efeito multiplicador das estratégias do investimento público no investimento de privados	0,90	0,90	291 641,20€
------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------	------	------	-------------

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	3 312 154,01€
FEDER	2 916 412,00€
FSE	1 536 822,00€
Total	7 765 388,01€

Pressupostos

FEADER: A criação de 1.412 postos de trabalho no âmbito de um Fundo de 130M€ representa o valor de 98.068€/posto de trabalho criado Propõe-se: • Pequenos investimentos nas explorações agrícolas: 345 candidaturas aprovadas implicando DP = 3.574.852€ em 2007-2013 (dados GPP). Para uma DP = 1 816 200€, propõe-se o apoio de 152 candidaturas • Pequenos investimentos na transformação e comercialização: 12 candidaturas aprovadas e DP = 466.248€ em 2007-2013 (dados ADER-AL) => Proposta de manutenção das condições • Diversificação de atividades na exploração: 8 candidaturas aprovadas e DP = 397.724€ em 2007-2013 (dados GPP) => Proposta de manutenção das condições • Cadeias curtas e mercados locais: sem histórico • Promoção de produtos de qualidade locais: sem histórico • Renovação de aldeias: sem histórico Para as três últimas medidas (para as quais não existem dados históricos), foi estimada uma dotação do Fundo de 300.000€ para cada medida, esperando-se a aprovação de, respetivamente, 7, 4 e 7 candidaturas. Teremos assim um total do Fundo FEADER = 3 312 155€ o que respeita o rácio acima encontrado 3 312 155€/98 068€ = 34 postos de trabalho criados. As metas a atingir em 2018 são de 30% do total para o período de financiamento 2014-2020. FEDER: Para uma dotação orçamental atribuída para o FEDER de 2.916.412€, propõem-se os seguintes objetivos: • Prioridade de investimento 8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas - Dotação de 2.620.822€, com um valor médio de Fundo de 60.000€ / empresa apoiada e 1,4 postos de trabalho criados por empresa apoiada; • Prioridade de investimento 6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural – Dotação de 295.590€ (ou seja, 10% do total do Fundo) FSE: Para uma dotação orçamental atribuída para o FSE de 1.536.222€, propõem-se os seguintes objetivos: • Prioridade de investimento 8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras – Dotação de 773.222€, com um valor médio de Fundo de 50.000€ / pessoas apoiadas, 60% das quais permanecem 12 após o fim do apoio • Prioridade de investimento 9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade – Dotação de 763.600€, com um valor médio de Fundo de 60.000€ / projetos de inovação e experimentação social apoiados Para estas dotações se propõe a criação de 62 postos de trabalho pelo FEADER e 23 postos de trabalho pelo FSE, totalizando 85 postos de trabalho (o que representa 11% dos postos de trabalho objetivados no PORAInteijo - 770 postos de trabalho). A dotação do Fundo FEDER de 2.916.416€ (representando uma participação média por candidatura de 52.078€) alavancará um investimento total de 4.866.402€, já que apenas uma das medidas tem uma taxa de apoio de 50% (para todas as restantes, esta taxa é de 85%). Por outro lado, a dotação do Fundo FSE de 1.536.822€ irá alavancar um investimento total de 1.808.025€, com uma taxa de apoio de 85% para todas as medidas. (Esta informação é suportada em detalhe em documento anexo, "Resumo Final.pdf")

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Foram identificadas 6 áreas para a cooperação a desenvolver no período 2014-2020: Empreendedorismo, Turismo, Ambiente e Património, Marketing Territorial, Agricultura e floresta, e Produtos Locais.

Neste âmbito, têm-se realizado algumas reuniões preparatórias com eventuais parceiros nestas áreas, estando já identificados alguns possíveis projetos, nomeadamente:

- Desenvolvimento Local, Cidadania e Participação - Reforçar e renovar os princípios e práticas do LEADER a nível nacional (Federação Minha Terra) e europeu (ELARD), aprofundando a reflexão e partilha em temas como: processos de democracia participativa e de capacitação das comunidades.

- Circuitos Curtos Agro alimentares (CCA)

Inverter a exclusão económica dos produtores, a redução do número de explorações e o abandono de áreas agrícolas, apoiar a organização da produção e a comercialização, sensibilizar os consumidores para as vantagens de consumo local mais sustentável e para a dinamização das economias locais/rurais.

- BIO Territórios

Promoção dos produtos BIO em articulação e associação com a promoção dos territórios e das suas especificidades, criação de novas relações diretas entre produtores e consumidores, incentivar a produção agrícola sustentável, entre outros.

- Rede de Turismo Equestre – com vista a:

- o Promoção dos recursos endógenos;

- o Redução da sazonalidade

- o Potenciação das economias regionais.

- Desenvolvimento dos Recursos Hídricos do Alto Alentejo

o Desencadear um processo de discussão, de influência do poder político e de mediatização do tema relativo ao “Aproveitamento sustentável dos recursos hídricos do Alto Alentejo”. Numa ótica de bacia hidrográfica, pretende-se desencadear um conjunto de empreendimentos hídricos de fins múltiplos que atuem como fator estruturante de desenvolvimento económico, social e ambiental da região.

- Reanimação da Coudelaria de Alter do Chão enquanto pólo de desenvolvimento cultural, turístico e económico

o Sedar a Escola Portuguesa de Arte Equestre na Coudelaria de Alter tendo por objetivo dar continuidade histórica ao projeto que esteve na génese da Coudelaria de Alter do Chão – promoção do Cavalito PuroSangue Lusitano e da Equitação Tradicional Portuguesa;

o Reorientar a atividade da Coudelaria de Alter para a atividade turística e para o fomento das raças autóctones nacionais, com particular destaque para o cavalo Lusitano, em parceria com as associações de produtores das referidas raças.

- Agrupamento de Produtores de Leguminosas para Grão

Estabelecimento de uma parceria entre as Associações de Desenvolvimento Local e a Estação Nacional de Melhoramento de Plantas de Elvas que possibilite organizar ações de fomento e apoio técnico à divulgação daquelas culturas.

- “Ter ideias para mudar o mundo”

o Parceria a desenvolver com a instituição Coração Delta (Campo Maior), tendo por objetivo a adaptação do manual “Ter Ideias para Mudar o Mundo” à realidade de São Tomé e Príncipe.

o Tem como objetivo a promoção do empreendedorismo dos 3 aos 12 anos, explorando a vertente do comportamento e competências. Depois de adaptado, o manual será implementado com o envolvimento do Governo de São Tomé e Príncipe, com intervenções previsivelmente em 3 escolas e implicando a formação de 15 professores de cada escola (num total de 45 professores formandos).

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

Composição:

É constituído por cinco elementos, respeitando o princípio de que as entidades públicas ou qualquer grupo de interesse não podem representar mais que 49% dos direitos de votos em processos de decisão:

ACBRA – Associação de Criadores de Bovinos da Raça Alentejana

Instituto Politécnico de Portalegre
Natur-al-carnes – Agrupamento de Produtores Pecuários do Norte Alentejo SA
Câmara Municipal de Marvão
APBRB – Agrupamento de Produtores de Bovinos da Raça Brava, Lda.

Competências:

- ? Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL;
- ? Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor ao Conselho de Parceiros alterações de forma a alcançar os objetivos propostos;
- ? Representar a Parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias;
- ? Elaborar o seu Regulamento Interno de funcionamento.

Funcionamento:

- ? O Órgão de Gestão reúne sempre que o desenvolvimento do Programa o justifique.
- ? Cada membro do Órgão de Gestão, enquanto representante de sector/tipo de entidade, obriga-se a articular diretamente com as organizações congéneres que têm assento no Conselho de Parceiros, com vista a uma audição regular das mesmas;
- ? O apoio técnico ao Órgão de Gestão é assegurado pela Estrutura Técnica Local (ETL) da Entidade Gestora.

Gestão de conflitos de interesses:

Os membros do Órgão de Gestão estão impedidos de participar na decisão nas sessões respeitantes ao processo de decisão de financiamento de pedidos de apoio apresentados pelo próprio ou por entidade que represente ou com a qual tenha uma relação familiar ou de domínio (relações laborais ou de participação no capital, do próprio ou dos seus familiares).

• ESTRUTURA TÉCNICA LOCAL (ETL)

Composição: 1 Coordenador, 1 Técnico Administrativo e 3 Técnicos Analistas (ver anexo)

Atribuições:

Sem prejuízo de outras funções que o Órgão de Gestão delibere atribuir à ETL são as seguintes as principais competências da ETL:

- a) Elaborar um Manual de Procedimentos relativo ao processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, dos pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações, e submetê-lo à aprovação do Órgão de Gestão;
- b) Elaborar as propostas dos avisos de abertura de concurso referentes às medidas DLBC, definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da EDL, e submetê-las à aprovação do Órgão de Gestão;
- c) Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e os critérios de seleção definidos para cada concurso;
- d) Analisar os pedidos de pagamento em função da verificação da elegibilidade e regularidade das despesas, dos controlos administrativos adequados, em conformidade com a legislação comunitária e nacional aplicável, e de acordo com o definido no contrato de atribuição de ajudas;
- e) Proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às medidas, bem como sobre a execução da EDL, para a elaboração dos respetivos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- f) Assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da EDL e preparar os relatórios de execução.

Coordenador:

Compete ao Coordenador da ETL:

- a) Representar a Parceria ADER-AL – DLBC Rural;
- b) Participar nas reuniões do Órgão de Gestão;
- c) Garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à gestão na sua componente técnica e operacional, a gestão da equipa de forma eficaz e eficiente, de forma a dar cumprimento às orientações e decisões emitidas pelo Órgão de Gestão;
- d) Garantir cumprimento de todos os procedimentos técnico – administrativos necessários à divulgação, análise e acompanhamento e controlo dos pedidos de apoio;
- e) Assegurar o princípio da segregação de funções, garantindo a separação entre a análise dos pedidos de apoio e o respetivo acompanhamento e controlo: o técnico responsável pela análise de um pedido de apoio nunca fará o seu acompanhamento e controlo, sendo essa função atribuída a outro técnico da ETL;
- f) Validar os Pareceres Técnicos e emitir Parecer Final quando o entender necessário ou conveniente e proceder à respetiva apresentação ao Órgão de Gestão.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Será feita uma avaliação contínua da execução da EDL, realizada pela Equipa Técnica da EG, e onde se pretende verificar:

? Se há desvio entre ações previstas e realizadas identificando e apresentando as razões e consequências;
? Se há desvios orçamentais, quais as razões e em que medida colocam em causa a realização da estratégia;

? Modo de funcionamento da estratégia: oportunidade das decisões tomadas, adequação da coordenação, circulação adequada da informação entre os parceiros, adequação do sistema de acompanhamento;

? Se houve evolução no contexto de intervenção que venha a interferir na estratégia e se os objetivos definidos se mantêm pertinentes e coerentes.

Será igualmente promovida uma avaliação ex-post da estratégia, preferencialmente por uma equipa externa à Parceria, de modo a aferir:

? Se a estratégia foi a mais adequada;

? Se os objetivos foram alcançados, se se verificaram desvios e quais as causas;

? Se as ações previstas foram todas realizadas, identificar eventuais desvios, causas e em que medida foram comprometidos os objetivos propostos;

? Se os beneficiários das ações foram os inicialmente previstos;

? Se se criaram sinergias com outros projetos e se houve sobreposições.

Com reflexos no acompanhamento da EDL da parceria ADER-AL – DLBC Rural prevê-se ainda, e em conjunto com os restantes GAL do Alentejo, a criação de uma plataforma de acompanhamento e monitorização do DLBC 2020, com uma estrutura e composição a definir com outros atores públicos e privados da Região e que assegure a articulação do DLBC com as diferentes EIDT e o POR Alentejo 2020, de modo a que as diferentes intervenções territoriais concorram para os resultados e metas a alcançar na Região e no país.

Avaliação interna da EDL

A avaliação será feita de forma contínua pela Equipa Técnica com a supervisão do Órgão de Gestão, detetando e corrigindo desvios entre ações previstas e realizadas, orçamentos previstos e executados, funcionamento e organização internos.

Com os restantes Parceiros será avaliada a evolução do contexto territorial, no sentido de corrigir atividades que melhor se adequem às novas situações.

Contribuirá também para a avaliação em causa uma estrutura e composição a definir com outros atores públicos e privados da Região e que assegure a articulação do DLBC com as diferentes EIDT e o POR Alentejo 2020, de modo a que as diferentes intervenções territoriais concorram para os resultados e metas a alcançar na Região e no país.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	OG e ETL.pdf	27/07/2015 15:33	211349178
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-074.pdf	20/11/2015 17:04	
Outros	MEL.pdf	27/07/2015 16:14	211349178
Outros	Cartas de Parceria GAL Alentejo.pdf	27/07/2015 16:10	211349178
Outros	Acordo de Parceiros.pdf	27/07/2015 16:08	211349178
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-074.pdf	10/12/2015 15:30	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-074.pdf	27/07/2015 16:21	211349178
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-074.pdf	30/09/2015 11:51	
Outros	Resumo Final.pdf	30/09/2015 10:42	503844209
Protocolo de parceria	Acordo parceria.pdf	27/07/2015 16:07	211349178
Outros	Acordo Turismo.pdf	27/07/2015 16:13	211349178

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ADER-AL - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL DO NORTE DO ALENTEJO	NIF	503844209
Submetido por	ANA ISABEL GERALDES DE CARVALHO CARDOSO PICÃO DE ABREU	NIF	211349178
Data de Submissão	10-12-2015		